

Criatividade do PT traz humor à TV

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

Na reta final do horário gratuito de televisão e rádio, os partidos e candidatos apelam para tudo. E o PT, esta semana, conseguiu pelo menos apresentar uma tirada bem humorada do cotidiano difícil do homem do povo. Mostrou primeiro um cidadão cobrando dos políticos um salário mínimo decente, pois o atual "não dá nem para sustentar cachorro de madame rica". A graça, obviamente, estava na forma como ele disse isso.

Logo a seguir, outro calejado homem do povo criticava a falta de segurança na cidade e cobrava urbanidade dos que são encarregados de fiscalizar. Foi então que contou, sério e com ar de desaprovação, a forma como os "homens" — gíria usada para a polícia — abordam as pessoas. Eles chegam e perguntam se a gente trabalha. Dizemos que sim. Tem carteira assinada? Quando a resposta é negativa, mostramos a mão com calos, de "quem pega no pesado". Todavia, segundo o cidadão, é a hora que os tiras desrespeitam a pobreza dizendo que "pular muro também dá calo na mão". Mas há de tudo no horário gratuito.

A novidade da semana, porém, ficou para algumas figuras ligadas a partidos políticos e que não podiam até recentemente aparecer. Liberadas, não medem esforços para defender suas legendas. Enquanto isso, os partidos trocam farpas entre si e apresentam propostas capazes de movimentar a classe política. O PC do B, por exemplo, defendeu a extinção do Senado na Constituinte, alegando que a função é nenhuma e foi por causa dos senadores que o País não pôde eleger em 1984 o Presidente da República pelo voto direto. O partido entende que a Constituinte deve instituir o sistema bicameral.

Possivelmente pela inexperiência dos candidatos locais, ninguém ainda fez um discurso a favor do parlamentarismo capaz de conduzir a alguma reflexão. Em compensação, alguns candidatos se apresentam como deuses milagrosos, e no rol de promessas esquecem até as leis vigentes, como a que determina que tudo sobre o Distrito Federal tem que ser examinado e aprovado pelo Senado Federal. E isso só mudará com a nova Constituição.